



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE ITANHOMI-MINAS GERAIS.

ÍNDICE

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

SEÇÃO I

Dos Objetivos

SEÇÃO II

Das Definições

CAPÍTULO II

Das Disposições Administrativas e Técnicas

SEÇÃO I

Da Consulta Prévia

SEÇÃO II

Da Aprovação do Projeto

SEÇÃO III

Do Alvará de Construção

SEÇÃO IV

Das Modificações dos Projetos Aprovados

SEÇÃO V

Do Certificado de Conclusão de Obra

SEÇÃO VI

Da Fiscalização e Das Vistorias

SEÇÃO VII

Das Responsabilidades

SEÇÃO VIII

Da Licença para Demolição

CAPÍTULO III

Das Edificações em Geral

SEÇÃO I

Dos Materiais de Construção

SEÇÃO II

Das Escavações e Aterros

SEÇÃO III

Das Paredes

SEÇÃO IV

Das Portas, Passagens ou Corredores

SEÇÃO V

Das Escadas e Rampas

SEÇÃO VI

Das Marquises, Sacadas, Toldos e Saliências

SEÇÃO VII

Dos Recuos

SEÇÃO VIII

Dos Compartimentos

SEÇÃO IX

Das Áreas de Estacionamento de Veículos



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

SEÇÃO X

Das Áreas de Recreação

SEÇÃO XI

Das calçadas e Muros

SEÇÃO XII

Da Insolação, Iluminação e Ventilação

SEÇÃO XIII

Dos Canteiros de Obra, Tapumes e Andaimes

SEÇÃO XIV

Das Áreas Não Computáveis

CAPÍTULO IV

Das Instalações em Geral

SEÇÃO I

Das Instalações de Águas Pluviais

SEÇÃO II

Das Instalações Hidráulico-Sanitárias

SEÇÃO III

Das Instalações de Elevadores

SEÇÃO IV

Das Instalações para Depósitos de Lixo

CAPÍTULO V

Das Edificações Residenciais

SEÇÃO I

Das Residências Isoladas

SEÇÃO II

Das Residências Geminadas

SEÇÃO III

Das Residências em Série Paralelas ao Alinhamento Predial

SEÇÃO IV

Das Residências em Série Transversais ao Alinhamento Predial

SEÇÃO V

Dos Conjuntos Residenciais/Comerciais

SEÇÃO VI

Das Kitinetes

CAPÍTULO VI

Das Edificações Comerciais

SEÇÃO I

Do Comércio em Geral

SEÇÃO II

Dos Restaurantes, Bares, Cafés, Confeitarias, Lanchonetes e Congêneres

CAPÍTULO VII

Das Edificações Industriais



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

CAPÍTULO VIII

Das Edificações Especiais

SEÇÃO I

Das Escolas e Estabelecimentos Congêneres

SEÇÃO II

Dos Hotéis e Congêneres

SEÇÃO III

Dos Locais de Reunião e Salas de Espetáculos

SEÇÃO IV

Das Oficinas Mecânicas, Postos de Serviços e Abastecimento para Veículos

CAPÍTULO IX

Dos Emolumentos, Embargos, Sanções e Multas

SEÇÃO I

Dos Emolumentos

SEÇÃO II

Dos Embargos e Das Interdições

SEÇÃO III

Das Sanções

SEÇÃO IV

Das Multas

CAPÍTULO X

Das Disposições Finais



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

LEI COMPLEMENTAR N.º 12 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

“Dispõe sobre o **CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE ITANHOMI – MINAS GERAIS**”.

A Câmara Municipal de ITANHOMI-MG, Estado de MINAS GERAIS, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Artigo 1º - A execução de toda e qualquer construção, reconstrução, reforma, ampliação, traslado ou demolição efetuada por particulares ou entidade pública, no Município de Itanhomi-MG, é regulada por este Código, obedecidas as normas técnicas e as legislações Federal e Estadual relativas a matéria.

Parágrafo Único - Para o licenciamento das atividades além das disposições deste Código, serão observadas as disposições da Lei de Uso, ocupação e Parcelamento do Solo e demais Legislações Municipais vigentes.

SEÇÃO I **Dos Objetivos**

Artigo 2º - Este Código tem como objetivos:

- I. Orientar os projetos e execuções de obras no Município;
- II. Assegurar e promover a melhoria de padrões mínimos de segurança, higiene, salubridade, conforto, aspectos arquitetônicos e urbanísticos de todas as obras;
- III. Promover acessibilidade a toda a população, aplicando as leis e normas relativas a este assunto.

SEÇÃO II



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

Das Definições

Artigo 3º - Para efeito do presente Código, são adotadas as seguintes definições:

Acessibilidade - Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, à população em geral, em especial às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;

Afastamento - É a menor distância da projeção entre duas edificações no lote onde se situa.

Alinhamento - Linha divisória legal entre lote e logradouro público.

Alpendre, Varanda - Área Coberta, saliente da edificação cuja cobertura é sustentada por colunas, pilares ou consolos;

Alvará de Construção - Documento expedido pelo Órgão Municipal de Licenciamento que autoriza a execução de obras sujeitas a sua fiscalização.

Ampliação - Alteração no sentido de tornar maior a construção.

Andaime - Obra provisória destinada a sustentar operários e materiais durante a execução da obra.

Ante-sala - Compartimento que antecede a uma sala, sala de espera.

Apartamento - Unidade autônoma de moradia em edificação multifamiliar.

Área de Acumulação - Espaço destinado à espera de veículos, situado entre o alinhamento predial e o local de estacionamento dentro do terreno.

Área Útil - Superfície utilizável de uma edificação, excluídas as paredes.

Balanço - Avanço de uma edificação acima do térreo sobre os alinhamentos ou recuos obrigatórios.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

Baldrame - Viga de concreto ou madeira que corre sobre fundações para apoiar as paredes, ao nível do piso.

Beiral - Prolongamento do telhado, além da prumada das paredes.

Brise - Conjunto de placas de concreto ou chapas de material opaco que se põe nas fachadas expostas ao sol para evitar o aquecimento excessivo dos ambientes sem prejudicar a ventilação e a iluminação.

Calçada - É parte da via, normalmente segregada e em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros fins.

Compartimento - Cada uma das divisões de uma edificação.

Compartimento de permanência prolongada - São aqueles compartimentos que permitem a permanência confortável por tempo prolongado e indeterminado.

Compartimento de permanência transitória - São aqueles compartimentos que permitem a permanência confortável, por pequeno espaço de tempo.

Compartimento sem permanência - São aqueles compartimentos que exijam condições especiais para guarda ou instalação de equipamentos, e sem atividade humana no local, cuja classificação é de responsabilidade do autor do projeto.

Construção - É, de modo geral, a realização de qualquer obra nova.

Corrimão - Peça ao longo de uma escada, e que serve de resguardo, ou apoio para a mão, de quem sobe ou desce.

Declividade - Relação percentual entre a diferença das cotas altimétricas de dois pontos e a sua distância horizontal.

Demolição - Deitar abaixo, desmanchar qualquer construção.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

Dependência de Uso Comum - Conjunto de dependências da edificação que poderão ser utilizadas em comum por todos ou por parte dos titulares de direito das unidades de moradia.

Edícula - Denominação genérica de pequena edificação como acessório de habitação ou complemento da edificação principal.

Edificação multifamiliar - Conjunto de duas ou mais unidades residenciais em uma só edificação.

Edificação unifamiliar - Aquela que, independentemente de ser única em um mesmo imóvel não ter área utilizável construída comum com outra residência.

Edificação de Uso Coletivo- Aquelas destinadas às atividades de natureza comercial, hoteleira, cultural, esportiva, financeira, turística, recreativa, social, religiosa, educacional, industrial e de saúde, inclusive as edificações de prestação de serviços de atividades da mesma natureza.

Edificação de Uso Privativo - Aquelas destinadas à habitação, que podem ser classificadas como unifamiliar ou multifamiliar.

Edificação de Uso Público - Aquelas administradas por entidades da administração pública, direta e indireta, ou por empresas prestadoras de serviços públicos e destinadas ao público em geral.

Embargo - Ato Administrativo que determina a paralisação de uma obra.

Escala - Relação entre as dimensões do desenho e a do que ele representa.

Fachada Ou Elevação - é qualquer das faces externas de uma edificação.

Fundações - Parte da construção destinada a distribuir as cargas sobre o terreno.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

Galpão - Construção constituída por uma cobertura e fechada total ou parcialmente, pelo menos em três de suas faces por meio de paredes ou tapumes, não podendo servir para uso residencial.

Guarda-corpo - É o anteparo de proteção e segurança para apoio e contra quedas.

Hall - Dependência de uma edificação que serve de acesso a outros compartimentos.

Mezanino - Pavimento intermediário entre o piso e o teto de um compartimento de uso exclusivo deste.

Parede-Cega - Parede sem aberturas.

Passeio - Parte do logradouro público destinado ao trânsito de pedestres.

Patamar - Superfície intermediária entre dois lances de escada.

Pavimento - Conjunto de compartimentos situados no mesmo nível, numa edificação.

Play ground - Local destinado à recreação infantil, aparelhado com brinquedos.

Pé-Direito - Distância vertical entre o piso e o forro de um compartimento.

Quadro de áreas - Relação de áreas de cada unidade imobiliária.

Reconstrução - Construir de novo, no mesmo lugar e na forma primitiva, qualquer obra, em parte ou em todo.

Recuo - Distância entre o limite externo da área ocupada por edificação e a divisa e ou alinhamento do lote.

Reforma - Fazer obra que altere a edificação em suas características arquitetônicas, sem alterar a área.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

Rota de Fuga - Trajeto contínuo, devidamente protegido proporcionado por portas, corredores, antecâmeras, passagens externas, balcões, vestíbulos, escadas, rampas ou outros dispositivos de saída ou combinações destes, a ser percorrido pelo usuário, em caso de um incêndio de qualquer ponto da edificação até atingir a via pública ou espaço externo, protegido do incêndio.

Sacada - Construção que avança da fachada de uma parede.

Sarjeta - Escoadouro, nos logradouros públicos, para as águas de chuva.

Subsolo - Pavimento enterrado ou semi enterrado em relação ao terreno circundante, na cota média do logradouro mais inclinado, até o limite de 1,50m (um metro e meio) acima desta cota.

Tapume - Vedação provisória usada durante a construção.

Telheiro Superfície coberta e sem paredes em todas as faces.

Terraço - Espaço descoberto sobre edifício ou ao nível de um pavimento desse.

Testada - É a linha que separa o logradouro público da propriedade particular.

UFM - Unidade Fiscal do Município.

Unidade Imobiliária - Considera-se unidade imobiliária qualquer espécie de construção de utilização residencial ou destinada ao exercício de atividade comercial, produtora, industrial e prestadora de serviço.

Uso Privativo - Cuja utilização é reservada aos respectivos titulares de direito.

Vistoria - Diligência efetuada por funcionários habilitados para verificar determinadas condições das obras.

Zenital - Refere-se a aberturas no teto do cômodo por onde obtém-se iluminação e/ou ventilação natural.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES ADMINISTRATIVAS E TÉCNICAS

Artigo 4º - A execução de quaisquer atividades, citadas no artigo 1º deste Código, com exceção de demolição, será precedida dos seguintes Atos Administrativos:

- I. Consulta prévia para construção.
- II. Aprovação do Projeto.
- III. Liberação do Alvará de Licença para Construção.

§ 1º - Nos processos em análise que não forem procurados no Setor Imobiliário em até 60 (sessenta) dias será lançada taxa de análise no cadastro do contribuinte, proprietário do imóvel e automaticamente enviados ao Arquivo. Caso o requerente queira dar seqüência ao processo, deverá solicitar seu resgate do arquivo mediante quitação da taxa de análise do processo e anexar documentação atualizada.

§ 2º - Processos cujos responsáveis técnicos não estejam com a licença em dia com o Município de Itanhomi, não tramitarão até a regularização dos débitos.

§ 3º - Os débitos relativos a imóveis em dívida ativa deverão ser quitados até a data da emissão da aprovação do projeto e ou emissão do alvará de construção.

Artigo 5º - O documento de que dispõe o inciso III do Artigo 4º poderá ser solicitado em separado do inciso II e sem a ART/RRT/CREA/CRAU de execução.

SEÇÃO I

Da Consulta Prévia

Artigo 6º – O interessado em obter informações referentes ao uso e ocupação de determinado lote, deverá encaminhar a “Consulta Prévia para Edificação” devidamente preenchida, caso contrário o documento não será analisado.

Parágrafo Único – À Administração Municipal cabe a indicação das normas urbanísticas incidentes sobre o lote.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

SEÇÃO II

Da Aprovação do Projeto

Artigo 7º - Os projetos somente serão analisados quando legíveis e de acordo com as normas usuais de desenho arquitetônico, estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Artigo 8º – O Órgão Municipal de Licenciamento terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para aprovação do Projeto e expedição do Alvará de Construção (se for solicitado junto com a aprovação), a contar da data de entrada no Órgão Municipal de Aprovação e Licenciamento ou da última chamada para esclarecimentos, desde que o projeto apresentado esteja em condições de aprovação.

Artigo 9º - Os projetos serão analisados considerando-se os parâmetros urbanísticos na implantação, sendo responsabilidade do autor do projeto a observação às leis municipais, estaduais e federais no que se referem as normas técnicas de projeto, execução de obra e acessibilidade, quando couber.

§ 1º - O projeto será apresentado sem rasuras ou emendas.

§ 2º - Deverá ser apresentado o quadro de Áreas no que couber, para o cálculo de IPTU.

Artigo 10 - A construção, reforma ou ampliação de edificações de uso público ou coletivo, ou a mudança de destinação de uso para estes tipos de edificações, deverão ser executadas observando-se as normas técnicas de acessibilidade, especialmente a NBR 9050 ou sua substituta.

SEÇÃO III

Do Alvará de Construção

Artigo 11 - Após a análise dos elementos fornecidos e, se os mesmos estiverem de acordo com as legislações pertinentes, o Órgão Municipal de Licenciamento fornecerá ao requerente o Alvará de Construção, que também poderá ser parcial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

Artigo 12 - O Alvará de Construção será válido pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de sua expedição.

Artigo 13 - Se no prazo fixado, a construção não for concluída, deverá ser requerida a prorrogação sucessiva, por prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias. A cada solicitação serão pagos os emolumentos respectivos.

Artigo 14 - A fim de comprovar o licenciamento da obra para efeitos de fiscalização, o alvará de construção será mantido no local da obra, juntamente com o projeto aprovado.

Artigo 15 - Ficam dispensadas de apresentação de projeto, porém sujeitos à apresentação de croquis e expedição de Alvará, a construção de dependências não destinadas a moradia, uso comercial e industrial, tais como: telheiros, galpões, depósitos de uso doméstico, viveiros, galinheiros, caramanchões ou similares, desde que não ultrapassem a área de 18 m² (dezoito metros quadrados).

§ 1.º - Troca de cobertura, bem como substituição do material de pequenos trechos de parede sem alterar:

- a) a estrutura,
- b) a área da edificação,
- c) as dimensões dos compartimentos.

§ 2.º – Ficam sujeitos à expedição de alvará de licença e anuência da CTA – Comissão Técnica de Análise, as instalações e equipamentos de infra-estrutura e serviços urbanos.

I- As infra-estruturas de que trata o § 2º se referem a:

a) edificações necessárias às mesmas relativas a abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, distribuição de energia elétrica, distribuição de gás canalizado, rede telefônica fixa e móvel e equipamentos de comunicação e telecomunicações e saneamento ambiental poderão ser implantados no território do município.

b) a implantação de equipamentos complementares de cada rede, tais como armários, gabinetes, estações de regulação de pressão, transformadores e similares.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

§ 3.º - Será exigida a ART (anotação de responsabilidade técnica) e RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) pela execução dos serviços.

Artigo 16 - Fica dispensada a apresentação de projeto e requerimento para expedição de Alvará de Construção, para:

- I. Construção de pequenos barracões provisórios destinados a depósito de materiais durante a construção de edificações, que deverão ser demolidos após o término das obras.
- II. Obras de reparos em fachadas quando não compreendem alteração das linhas arquitetônicas.

Artigo 17 – Fica sujeito à expedição de autorização toda e qualquer retirada de terra.

SEÇÃO IV

Das Modificações dos Projetos Aprovados

Artigo 18 - Depois de aprovado o Projeto e expedido o Alvará de Construção, se houver alteração do projeto, o interessado deverá requerer aprovação, do projeto modificativo ou substitutivo.

§ 1.º - O requerimento solicitando aprovação do projeto modificativo ou substitutivo deverá ser acompanhado de:

- a) Consulta Prévia;
- b) Cópia do projeto anteriormente aprovado;
- c) ART (anotação de responsabilidade técnica) e RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) quando for o caso;
- d) Do respectivo “Alvará de Construção”, se houver.

§ 2.º - Na aprovação do projeto modificativo será expedido novo “Alvará de Construção”.

SEÇÃO V

Do Certificado de Conclusão de Obra



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

Artigo 19 - Nenhuma edificação poderá ser ocupada, seja qual for seu uso, sem que seja procedida sua vistoria pelo Órgão Municipal de Licenciamento e expedido o respectivo Certificado de Conclusão de Obra.

§ 1.º - O Certificado de Conclusão de Obra é solicitado à Administração Municipal, pelo proprietário ou responsável técnico pela execução, através de requerimento.

§ 2.º - O Certificado de Conclusão de Obra será expedido quando:

- I. A edificação foi construída conforme o projeto aprovado;
- II. A edificação tiver condições de uso, estando em funcionamento as instalações hidrossanitárias, elétricas e demais instalações necessárias: contrapiso, reboco interno, revestimento do piso e das paredes das áreas molhadas, esquadrias, vidro e cobertura.
- III. O passeio estiver pavimentado conforme as normas deste Código de Obras ou de Posturas do Município.
- IV. A arborização estiver conforme o Programa de Arborização desenvolvido pelo Órgão Municipal de Meio Ambiente.
- V. Possuir Laudo de Vistoria expedido pelo Corpo de Bombeiros, quando for o caso.

§ 3.º - O Certificado de Conclusão de Obra poderá ser expedido parcialmente, desde que:

- I. Atenda o projeto aprovado.
- II. Além da unidade em questão estiverem concluídas as áreas comuns a ela relativas, de acordo com os projetos aprovados.

§ 4º - O Órgão Municipal de Licenciamento tem um prazo de 30 (trinta) dias, para vistoriar a obra e para expedir o Certificado de Conclusão de Obra.

Artigo 20 - A expedição do Certificado de Conclusão de Obra não implica na constatação de situação de estabilidade e segurança da obra.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

Artigo 21 - Por ocasião da vistoria, se for constatado que a edificação foi construída, ampliada, reconstruída ou reformada em desacordo com o projeto aprovado, o responsável técnico e o proprietário serão notificados, a regularizar o projeto dentro dos padrões deste código, em caso negativo, o proprietário deverá demoli-la.

Parágrafo Único - O responsável técnico da obra, deve orientar ao proprietário a solicitar o Certificado de Conclusão de Obra - CCO, sob pena de enquanto o mesmo não for emitido a obra ser considerada obra em andamento.

SEÇÃO VI

Da Fiscalização e Das Vistorias

Artigo 22 - O Órgão Municipal de Licenciamento procederá vistorias e fiscalização às obras, com as seguintes finalidades:

I. Que as mesmas sejam executadas dentro das disposições deste Código, demais leis pertinentes e de acordo com o projeto aprovado.

II. Para a expedição de documentos e pareceres técnicos.

§ 1.º - Os funcionários investidos em função fiscalizadora terão ingresso às obras mediante a apresentação de prova de identidade funcional, e independentemente de qualquer outra formalidade.

§ 2.º - Os funcionários investidos em função fiscalizadora poderão, observadas as formalidades legais, inspecionar as obras e papéis de qualquer natureza, desde que constituam objeto da presente legislação.

Artigo 23 - Em qualquer período da execução da obra, o Órgão Municipal de Licenciamento poderá exigir que lhe sejam exibidos as plantas, cálculos e demais detalhes que julgar necessário.

SEÇÃO VII



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

Das Responsabilidades

Artigo 24 - À Administração Municipal compete a aprovação do projeto arquitetônico, com a análise dos índices urbanísticos na implantação, definidos por este código de obras e pela lei de uso do solo, bem como o licenciamento e a fiscalização da obra.

§ 1.º - O Município de Itanhomi exigirá quando cabível, liberações, pareceres, atestados, anuências, estudos de impacto ou laudos, de concessionárias, autarquias, secretarias, corpo de bombeiros, órgãos públicos, condomínios ou institutos, em atendimento as legislações, para que o projeto arquitetônico possa atender a toda legislação pertinente.

§ 2.º- Os profissionais autores do projeto e os responsáveis pela execução da obra, ao assinar os projetos declaram conhecer e respeitar a Legislação Vigente.

Artigo 25 - O Proprietário responderá pela veracidade dos documentos apresentados.

Artigo 26 – O Proprietário é responsável pela manutenção das condições de segurança e salubridade do imóvel, bem como pela observância das disposições deste código e das leis municipais pertinentes.

Artigo 27 - Para efeito deste Código, somente profissionais habilitados pelo Sistema CONFEA-CREA,/CRAU devidamente inscritos e quites com a Administração Municipal poderão projetar, orientar, administrar e executar qualquer obra no Município.

Artigo 28 - Só poderão ser inscritos na Administração Municipal, os profissionais devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA/CRAU.

Parágrafo Único - Será cancelada a inscrição de profissionais, (pessoa física ou jurídica), verificadas as irregularidades previstas na seção III do capítulo IX.

Artigo 29 – O responsável técnico pela obra assume perante a Administração Municipal e terceiros que serão seguidas todas as condições previstas no projeto de arquitetura aprovado de acordo com este Código.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

Artigo 30 - No decurso da obra o responsável técnico pela execução poderá dar baixa da responsabilidade assumida por ocasião da aprovação do projeto, devendo comunicar por escrito ao Órgão Municipal de Licenciamento.

§ 1.º - Será notificado o proprietário para dentro de 03 (três) dias sob pena de embargo e/ou multa, apresentar novo responsável técnico, o qual deverá satisfazer as condições deste Código.

§ 2.º - A comunicação de baixa de responsabilidade técnica poderá ser feita conjuntamente com a assunção do novo responsável técnico.

§ 3.º - A alteração de responsabilidade técnica deverá ser anotada em Alvará de Construção, que substituirá o anteriormente expedido.

SEÇÃO VIII

Da Licença para Demolição

Artigo 31 - O interessado em realizar demolição de edificação, ou parte dela, deverá solicitar à Administração Municipal, o Alvará de Demolição.

§ 1.º - Para qualquer edificação ou parte a ser demolida será exigida a responsabilidade de profissional habilitado, através da apresentação da ART/RRT/CREA/CRAU.

§ 2.º - Qualquer edificação que esteja, a juízo do Órgão Municipal de Licenciamento, ameaçada de desabamento deverá ser demolida pelo proprietário. Este recusando-se a fazê-la, a Administração Municipal executará a demolição cobrando do mesmo as despesas correspondentes, acrescidas de taxa de 20% (vinte por cento) de administração.

§ 3º - É dispensada a licença para demolição de muros de fechamento com até 2,00 (dois) metros de altura.

§ 4º - Será exigida a construção de tapumes e outros elementos de proteção, a fim de garantir a segurança dos vizinhos e pedestres, quando a edificação estiver no alinhamento predial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

CAPÍTULO III

DAS EDIFICAÇÕES EM GERAL

Artigo 32 - Em qualquer edificação de uso público ou coletivo deverá ser garantida a acessibilidade para as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

SEÇÃO I

Dos Materiais de Construção

Artigo 33 - Os materiais de construção, seu emprego e técnica de utilização deverão satisfazer as especificações e normas oficiais da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Artigo 34 - No caso de materiais cuja aplicação não esteja definitivamente consagrada pelo uso, o Órgão Municipal de Licenciamento poderá exigir análises e ensaios comprobatórios de sua aplicabilidade, devendo o ônus ser de responsabilidade do proprietário do Imóvel.

Parágrafo Único - Essas análises ou ensaios deverão ser realizados em laboratório de comprovada idoneidade técnica.

SEÇÃO II

Das Escavações e Aterros

Artigo 35 - Nas escavações e aterros deverão ser adotadas medidas de segurança para evitar o deslocamento de terra nas divisas do lote em construção ou eventuais danos às construções vizinhas.

Artigo 36 - No caso de escavações e aterros de caráter permanente, que modificam o perfil do lote, o responsável técnico é obrigado a proteger as edificações lindeiras e o logradouro público, com obras de proteção contra o deslocamento de terra.

Artigo 37 - Aos responsáveis pelos serviços de escavações e aterros cabe a manutenção e limpeza das vias e logradouros atingidos, sob pena de multa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

SEÇÃO III

Das paredes

Artigo 38 - As paredes, deverão ter espessura mínima de acordo com as normas específicas do material empregado.

§ 1.º - Deverão atender aos padrões mínimos de acústica e condutibilidade de calor, promovendo a privacidade e o conforto térmico e acústica.

§ 2.º - Quando constituírem divisa entre economias distintas numa mesma edificação ou na divisa do lote, além de atender ao parágrafo anterior, deverão ter 0,15 m (quinze centímetros) de espessura mínima.

SEÇÃO IV

Das Portas, Passagens ou Corredores

Artigo 39 - As portas, passagens ou corredores, terão largura mínima de:

- a) Quando a passagem ou corredor for de uso privativo, a largura mínima será de 1,00 m (um metro).
- b) Quando a passagem ou corredor for de uso coletivo, a largura livre deverá ser no mínimo de 1,20 m (um metro e vinte centímetros), não obstante devendo sempre obedecer ao que versa o Código de segurança do Corpo de Bombeiros e a norma NBR 9050.

§ 1.º - As portas de acesso a gabinetes sanitários e banheiros de uso privativo, terão largura mínima de 0,80 m (oitenta centímetros).

§ 2.º - As cozinhas e áreas de serviço de uso privativo, terão porta com largura mínima de 0,80 m (oitenta centímetros).

§ 3.º - Os demais compartimentos de uso privativo, terão porta com largura mínima de 0,70 m (setenta centímetros).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

§ 4.º - Com relação à largura mínima das portas, passagens ou corredores deverão estar de acordo com a NBR 9050, garantindo o acesso a todos.

SEÇÃO V

Das Escadas e Rampas

Artigo 40 - As escadas de uso comum ou coletivo deverão ter largura suficiente para proporcionar o escoamento do número de pessoas que dela dependem, exceto para as atividades específicas detalhadas na própria seção, sendo:

I. A largura mínima das escadas de uso comum ou coletivo será de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) e não inferior às portas e corredores de que trata o artigo 39, não obstante devendo sempre obedecer ao que versa o Código de segurança do Corpo de Bombeiros e a NBR 9050.

II. As escadas de uso privativo ou restrito ao compartimento, ambiente ou local, poderão ter largura mínima de 1,00 m (um metro).

III. As escadas deverão oferecer passagem com altura mínima nunca inferior a 2m,20 cm (dois metros e vinte centímetros). Ambientes sob a escada deverão obedecer pé-direito mínimo conforme este Código.

IV. Só serão permitidas escadas em caracol quando interligarem dois compartimentos da mesma economia.

V. Nas escadas em leque, obedecidas as exigências do Corpo de Bombeiros, a largura mínima do degrau será de 0,07 m (sete centímetros), devendo a 0,50 m (cinquenta centímetros) do bordo interno, o degrau apresentar largura mínima do piso de 0,25 m (vinte e cinco centímetros).

VI. As escadas deverão ser de material resistente ao fogo, quando atenderem a mais de dois pavimentos.

VII. As escadas deverão ter seus degraus com altura máxima de 0,19 m (dezenove centímetros) e largura mínima de 0,25 m (vinte e cinco centímetros).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

VIII. Ter um patamar intermediário, de pelo menos 0,76 cm (setenta e seis centímetros) de profundidade, quando o lance de escada exceder a 19 degraus.

IX. A exigência de escadas enclausuradas e/ou a prova de fumaça será definida a critério das normas que regem o Código de Segurança do Corpo de Bombeiros.

X. Quando as rotas de fuga incorporarem escadas de emergência, devem ser previstas áreas de resgate com espaço reservado e demarcado para o posicionamento de pessoas em cadeiras de rodas, conforme a NBR 9050 ou substituta.

Artigo 41 - No caso de emprego de rampas, em substituição às escadas da edificação, aplicam-se as mesmas exigências relativas ao dimensionamento e especificações de materiais fixadas para as mesmas escadas.

Parágrafo Único - As rampas de acesso para pedestres, serão revestidas com piso antiderrapante e de acordo com as normas de acessibilidade.

SEÇÃO VI

Das Marquises, Sacadas, Toldos e Saliências

Artigo 42 - As marquises construídas sobre a calçada ou recuo frontal obrigatório, deverão obedecer às seguintes condições:

I. Nas edificações no alinhamento predial é obrigatória a construção de marquise sobre a calçada com no mínimo 1,00 m (um metro) a partir desse limite.

II. A projeção da face externa do balanço será até 50% (cinquenta por cento) da largura da calçada e não superior a 2,00m (dois metros).

III. Terão altura mínima de 2,80 m (dois metros e oitenta centímetros), cotados da linha do solo.

IV. O escoamento das águas pluviais deverá ser promovido exclusivamente para dentro dos limites do lote.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

V. Não poderão ser utilizadas como varandas ou sacadas.

VI. As coberturas leves, constituídas por toldos, policarbonatos ou materiais similares, deverão obedecer ao que segue:

a) Quando forem projetadas sobre a calçada, não poderão ter apoio;

b) Quando sobre o recuo obrigatório, até 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de projeção e sem apoio.

Parágrafo Único - É proibido edificar compartimento de uso sobre o alinhamento predial e no recuo frontal

Artigo 43 - As fachadas das edificações, quando construídas no alinhamento predial ou no recuo frontal obrigatório, poderão ter floreiras, caixas para condicionadores de ar e brises, se:

a) Estiverem acima de 2,80 m (dois metros e oitenta centímetros) da linha do solo.

b) Tiverem dutos até o solo, para canalização das águas coletadas. O escoamento das águas pluviais, de lavagem e regação deverá ser promovido exclusivamente para dentro dos limites do lote.

Parágrafo Único - Os elementos mencionados no caput deste Artigo poderão projetar-se além do alinhamento predial a distância máxima de 0,60 m (sessenta centímetros).

Artigo 44 – As sacadas deverão atender as seguintes condições:

a) Não se projetar sobre a calçada;

b) Quando se projetar sobre o recuo frontal obrigatório, não poderá ter largura superior a 0,60 m (sessenta centímetros).

SEÇÃO VII

Dos Recuos



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

Artigo 45 - O recuo obrigatório das edificações deverá estar de acordo com o disposto na Lei de Uso do Solo.

§ 1º - Toda a edificação – do subsolo aos pavimentos superiores – deverão obedecer ao recuo obrigatório.

§ 2º - Obedecido os recuos obrigatórios previstos na lei de Uso do Solo e Código Civil, os recuos laterais, sem a existência de aberturas, será de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) no mínimo.

Artigo 46 - Os beirais deverão atender às seguintes condições:

I. Ter no máximo 2/3 (dois terços) do afastamento regulamentar, respeitando o limite de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de projeção;

II. Não poderão avançar sobre as áreas internas ou poços descobertos, destinados a iluminação e ventilação de compartimentos de permanência prolongada ou transitória respectivamente.

Artigo 47 - Casas construídas de madeira devem distar no mínimo 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de qualquer divisa e 3,00m (três metros) de outra edificação de madeira ou material similar, no mesmo lote, salvo especificações mais exigentes do Corpo de Bombeiros.

Artigo 48 - Piscinas pré-fabricadas (fibra de vidro ou similares) e coberturas leves, constituídas por toldos, policarbonatos ou materiais similares, de fácil remoção, poderão excepcionalmente serem autorizadas nos recuos, desde que ocupem no máximo 2/3 (dois terços) da área do recuo, ressalvadas as especificações do artigo 42 inciso VI. Essa autorização terá caráter precário e poderá ser cancelada pela Administração Municipal por critérios técnicos a qualquer momento, sem indenização prévia.

Artigo 49 - Portarias, guaritas, centrais de gás ou abrigos para vigilante – independentes da edificação e de caráter removível – poderão situar-se na faixa de recuo obrigatório, desde que não ultrapassem a área máxima de 6,00m² (seis metros quadrados). Essa autorização terá



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

caráter precário e poderá ser cancelada pela Administração Municipal por critérios técnicos a qualquer momento, sem indenização prévia.

Parágrafo Único – Tratando-se de acesso de veículos, deverá ser resguardado o limite da área de acumulação de veículos.

Artigo 50 - Construções irregularmente construídas sobre o recuo deverão ser demolidas.

Artigo 51 - As edificações situadas nos cruzamentos de logradouros públicos, onde não houver recuo frontal obrigatório, serão projetadas de modo que, no pavimento térreo deixem livre de qualquer obstáculo visual um canto chanfrado de 2,00 m (dois metros), em cada testada, a partir do ponto de encontro das testadas.

SEÇÃO VIII

Dos Compartimentos

Artigo 52 - As características mínimas dos compartimentos das edificações residenciais e comerciais estão definidas nas Tabelas I e II respectivamente, partes integrantes e complementares deste Código.

SEÇÃO IX

Das Áreas de Estacionamento para Veículos

Artigo 53 - Será exigido áreas para estacionamento de veículos interno ao lote, nas edificações conforme estabelece a Lei de Uso do Solo e demais Legislações vigentes.

Artigo 54 - As dependências destinadas a acesso e estacionamento de veículos deverão atender as seguintes exigências, além das relacionadas no artigo anterior:

- I. As vagas de garagem não deverão obstruir passagens de pedestre ou qualquer outro uso.
- II. Ter vão livre mínimo com altura de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros).
- III. Ter sistema de ventilação natural permanente, proposta pelo autor do projeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

- IV. As rampas de acesso poderão apresentar inclinação máxima de 20% (vinte por cento) e deverão ter seu início dentro do lote, no mínimo a 2,00 m (dois metros) do alinhamento.
- V. Ter vão de entrada com largura mínima de 3,00m (três metros) e vão de saída de 3,00m (três metros) quando comportarem mais de 50 (cinquenta) veículos. Deverá ser exigido área de acumulação de veículos dentro do lote, a critério da CTA - Comissão Técnica de Análise.
- VI- Os acessos e saídas de veículos deverão ter sinalização de advertência para transeuntes.
- VII. Compete à CTA - Comissão Técnica de Análise se manifestar quanto a exigências relativas a vagas para estacionamento de motos, bicicletas, ônibus e quando o empreendimento se tratar de Pólo Gerador de Tráfego.
- VIII. Ter vagas de estacionamento para cada veículo locadas em planta e numeradas, com largura mínima de 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros) e comprimento mínimo de 5,00 m (cinco metros).
- IX. Ter o corredor de circulação largura mínima, quando o local das vagas de estacionamento formar em relação aos mesmos, ângulos de:

ÂNGULO (vaga)	CORREDOR DE CIRCULAÇÃO
30°	3,00 metros
45°	3,50 metros
90°	5,00 metros

- X. Estacionamento em paralelo (tipo “baliza”) terão as dimensões mínimas das vagas acrescidas em 10% (dez por cento) e corredor de circulação mínimo de 3,50m (três metros e cinquenta centímetros).
- XI. Quando houver mais de 5 (cinco) veículos no mesmo alinhamento, deverá ser prevista e demarcada uma área de manobra para retorno de veículo.
- XII. Será permitido estacionar veículos atrás de outro, de modo a obstruírem vagas, desde que estas pertençam ao mesmo proprietário ou façam uso de manobristas.
- XIII. Nas edificações e equipamentos urbanos deverá ser previsto vagas de estacionamento exclusivas para pessoas com deficiência, identificadas para esse fim, com dimensões e número de vagas conforme previsto em norma ou legislação pertinente.

SEÇÃO X

Das Áreas de Recreação



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

Artigo 55 – Nas habitações coletivas, residências em série e conjuntos residenciais, será exigido área de recreação, sendo:

a) Mínimo de 6 m² (seis metros quadrados) por unidade de moradia.

b) A partir da 11.^a unidade, sendo em comum, acrescentar 1,5 m² por unidade de moradia.

§ 1.º - Esta área não poderá localizar-se em área de trânsito e estacionamento de veículos, podendo localizar-se, se descoberta, nos recuos, exceto nas vias com previsão de alargamento em conformidade com a lei de Sistema Viário.

§ 2.º - No mínimo 50% (cinquenta por cento) da área destinada à recreação deverá ser descoberta.

§3.º - Salvo maiores exigências determinadas pela análise do EIV (Estudo de Impacto de Vizinhança).

§4.º- Em hipótese alguma as áreas de recreação receberão outra destinação.

SEÇÃO XI

Das calçadas e Muros

Artigo 56 – Os proprietários de imóveis, edificados ou não, que tenham frente para ruas pavimentadas ou com meio-fio e sarjeta, são obrigados a pavimentar, às suas expensas, as calçadas à frente de seus lotes. As calçadas terão declividade transversal de 2% (dois por cento) e deverão atender as normas de acessibilidade.

§ 1.º - Quando as calçadas se acharem em mau estado, a Administração Municipal notificará os proprietários a consertá-las. Se estes não as consertarem, a Administração Municipal realizará o serviço, cobrando do proprietário as despesas totais, acrescido do valor da multa correspondente.

I. A Administração Municipal notificará os proprietários a consertá-las, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

II. Quando o mau estado da calçada for resultante de obras executadas por órgão público, os reparos correrão por conta deste, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

§ 2.º - O revestimento da calçada deverá ser antiderrapante.

§ 3.º - Quanto a arborização, deverá atender o Plano de Arborização desenvolvido pela Administração Municipal.

§ 4.º - Ter assegurado o livre trânsito de pedestres e pessoas com necessidades especiais, sendo vedada a colocação de qualquer equipamento fixo ou obstáculo que o impeça.

§5.º - Todos os empreendimentos com acesso sobre a calçada ficam obrigados a dar continuidade as mesmas.

§6.º - Nos acessos de veículo será permitido o rebaixamento do meio-fio, sendo proibida a construção de rampas sobre o pavimento da rua:

I. Para lotes cuja testada sejam menores ou iguais que 12,00m (doze metros): máximo 3,00m (três metros) de meio fio rebaixado;

a) Para o caso de edificações geminadas o rebaixamento do meio fio será de no máximo 5,00m (cinco metros);

II. Para lotes com testada maior que 12,00m (doze metros), considerar 1/3 (um terço) da testada, cuja extensão máxima de cada segmento de meio fio rebaixado, será de 6,00m (seis metros) intercalada por no mínimo 5,00m entre um segmento e outro.

III. Para lotes situados nas esquinas:

a) Postos de gasolina e abastecimentos de combustíveis, oficinas e/ou garagens de uso coletivo, o meio fio não poderá ser rebaixado até a uma distância mínima de 5,00m (cinco metros) do ponto de encontro dos alinhamentos prediais;

b) Nos demais casos, o meio fio não poderá ser rebaixado até a uma distância mínima de 2,00m (dois metros) do ponto de encontro dos alinhamentos prediais e de 5,00m (cinco



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

metros) do bordo do alinhamento da via transversal.

IV. O acesso do veículo será sempre considerado uma reta perpendicular com relação ao alinhamento predial.

V. Em hipótese alguma será admitido acesso de veículo no chanfro obrigatório (ponto de esquina) conforme artigos 51 e 57 deste Código.

Artigo 57 - Os lotes baldios situados em logradouros pavimentados devem ter, nos respectivos alinhamentos, muros em bom estado e aspecto, com altura mínima de 1,00 m (um metro).

§ 1º - Nos terrenos de esquina os muros terão canto chanfrado de 2,00 m (dois metros) em cada testada, a partir do ponto de encontro das duas testadas, livre de qualquer obstáculo visual.

§ 2º - Quando o canto chanfrado for substituído por uma forma curva, este deverá tangenciar internamente a linha imaginária do chanfro.

SEÇÃO XII

Da Insolação, Iluminação e Ventilação

Artigo 58 - Todos os compartimentos, de qualquer local habitável, para os efeitos de insolação, ventilação e iluminação, terão aberturas em qualquer plano, abrindo diretamente para logradouro público, espaço livre do próprio imóvel ou área de servidão legalmente estabelecida.

§ 1.º - As aberturas para os efeitos deste artigo, devem distar 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) no mínimo, de qualquer parte das divisas do lote medindo-se esta distância da extremidade da abertura mais próxima da divisa em direção perpendicular a esta.

§ 2.º - As aberturas dispostas em paredes cuja visão não incida sobre a linha divisória, bem como as perpendiculares, não poderão ser abertas a menos de 75 cm (setenta e cinco centímetros) da divisa ou então deverão dispor de anteparo visual de pelo menos 75 cm (setenta e cinco centímetros) de comprimento ao longo da divisa.

§ 3º - As aberturas dispostas em paredes cuja visão incida sobre a linha divisória não poderão ser abertas a menos de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) no mínimo do ponto mais



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

próximo desta abertura.

§ 4º - Áreas cobertas até a divisa terão fechamento lateral até o forro e/ou cobertura.

§ 5º - Sacadas, terraços, varandas, garagens e ambientes similares que estão nas divisas deverão dispor de anteparo visual que não possibilite visão direta do vizinho, conforme os parágrafos anteriores.

§ 6º - Os meios mecânicos de ventilação e iluminação são de responsabilidade do autor do projeto, devendo ser dimensionados conforme as normas da ABNT.

§ 7º - Nas fachadas das edificações não será permitida a instalação de placas, painéis ou qualquer tipo de elemento que venha a prejudicar a iluminação ou ventilação de seus compartimentos internos.

§ 8º - Locais destinados ao preparo, manipulação ou depósito de alimentos deverão ter aberturas para o exterior ou sistema de exaustão que garantam a perfeita tiragem dos gases e fumaça para o exterior, não interferindo negativamente nos lotes vizinhos e nem na qualidade do ar.

§ 9º - Ambientes de uso especial: museus, laboratórios fotográficos, centros cirúrgicos, salas de raios X, salas de computadores e telefonia, locais de sauna e assemelhados – terão ventilação e iluminação adequados para cada tipo de atividade, de responsabilidade do autor do projeto.

§ 10 - Não serão considerados no cômputo da área de iluminação e ventilação os vãos com área inferior a 0,20m² (vinte centímetros quadrados), excetuados os casos de ventilação por dutos horizontais.

Artigo 59 - Os compartimentos das edificações de até dois (dois) pavimentos poderão ser ventilados e iluminados através de aberturas para pátios internos, descobertos, cujas dimensões não deverão estar abaixo dos seguintes índices:

- I. Área mínima de 6,00 m² (seis metros quadrados).
- II. Diâmetro mínimo do círculo inscrito, 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

Artigo 60 - Será permitida a utilização de ventilação e iluminação zenital nos seguintes compartimentos: Vestíbulos, corredores, depósitos, lavabos, sótãos, instalação sanitária e cozinha em edificação comercial.

Parágrafo Único - Nos demais compartimentos será permitida iluminação e ventilação zenital desde que pelo menos 50% da iluminação e ventilação mínima ocorra por meio de abertura direta para o exterior, no plano vertical.

Artigo 61- Para edificações com mais de 2 (dois) pavimentos deverão ser observados os recuos de iluminação e ventilação, conforme as notas a seguir:

§ 1º - Quando iluminarem e ventilarem compartimentos de permanência prolongada diurna ou noturna tais como: salas, quartos, bibliotecas, cozinha e lavanderia, deverão obedecer as seguintes condições:

I. Quando abertas:

a) O afastamento de qualquer vão de parede oposta deverá ser, no mínimo, de 1,50 m.

b) Ter no pavimento inicial área mínima de 9,00 m² (nove metros quadrados), acrescentando-se 15% (quinze por cento) a cada novo pavimento;

II-Permitir ao nível de cada pavimento, em qualquer de seus pontos inscrição em um círculo cujo diâmetro seja dado pela fórmula:

$D = \frac{1}{2}(S)^{\frac{1}{2}}$
(metade da raiz quadrada da área).

Convenção: d = dimensão do afastamento da parede com abertura à divisa

D = diâmetro do círculo inscrito

S = área do poço de luz de cada pavimento

II. Quando semi-abertas:

O afastamento de qualquer vão de parede oposta deverá ser, no mínimo, de 1,50 m.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

- a) Ter no pavimento inicial área mínima de 9,00 m² (nove metros quadrados), acrescentando-se 30% (trinta por cento) a cada novo pavimento;
- b) Permitir ao nível de cada pavimento, em qualquer de seus pontos a inscrição de um círculo cujo diâmetro seja dado pela fórmula:

$$D = 3/5(s)^{1/2}$$

(três quintos da raiz quadrada da área).

Convenção: d = dimensão do afastamento da parede com abertura à divisa

D = diâmetro do círculo inscrito

S = área do poço de luz de cada pavimento

III. Quando fechadas:

- a) O afastamento de qualquer vão de parede oposta deverá ser, no mínimo, de 1,50 m.
- b) Ter no pavimento inicial área mínima de 9,00 m² (nove metros quadrados), acrescentando-se 50% (cinquenta por cento) a cada novo pavimento;
- c) Permitir ao nível de cada pavimento, em qualquer de seus pontos inscrição em um círculo cujo diâmetro seja dado pela fórmula:

$$D = 3/4(s)^{1/2}$$

(três quartos da raiz quadrada da área).

Convenção: d = dimensão do afastamento da parede com abertura à divisa

D = diâmetro do círculo inscrito

S = área do poço de luz de cada pavimento

§ 2º - Quando iluminarem e ventilarem gabinetes sanitários, lavanderias em edificações comerciais e ante-sala, consideradas áreas de iluminação e ventilação secundárias deverão ter no mínimo as seguintes medidas:

I. Quando abertas:

- a) O afastamento de qualquer vão de parede oposta deverá ser, no mínimo, de 1,50 m.
- b) Ter no pavimento inicial área mínima de 6,00 m² (seis metros quadrados), acrescentando-se 10% (dez por cento) a cada novo pavimento;
- c) Permitir ao nível de cada pavimento, em qualquer de seus pontos inscrição em um círculo cujo diâmetro seja dado pela fórmula:

$$D = 3/5(s)^{1/2}$$

(três quintos da raiz quadrada da área).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

Convenção: d = dimensão do afastamento da parede com abertura à divisa

D = diâmetro do círculo inscrito

S = área do poço de luz de cada pavimento

I. Quando semi-abertas:

a) O afastamento de qualquer vão de parede oposta deverá ser, no mínimo, de 1,50 m.

b) Ter no pavimento inicial área mínima de 6,00 m² (seis metros quadrados), acrescentando-se 20% (vinte por cento) a cada novo pavimento;

c) Permitir ao nível de cada pavimento, em qualquer de seus pontos inscrição em um círculo cujo diâmetro seja dado pela fórmula:

$$D = 3/5(s)^{1/2}$$

(três quintos da raiz quadrada da área).

Convenção: d = dimensão do afastamento da parede com abertura à divisa

D = diâmetro do círculo inscrito

S = área do poço de luz de cada pavimento

I. Quando fechadas:

a) O afastamento de qualquer vão de parede oposta deverá ser, no mínimo, de 1,50 m.

b) Ter no pavimento inicial área mínima de 9,00 m² (nove metros quadrados), acrescentando-se 30% (trinta por cento) a cada novo pavimento;

c) Permitir ao nível de cada pavimento, em qualquer de seus pontos inscrição em um círculo cujo diâmetro seja dado pela fórmula:

$$D = 3/4(s)^{1/2}$$

(três quartos da raiz quadrada da área).

Convenção: d = dimensão do afastamento da parede com abertura à divisa

D = diâmetro do círculo inscrito

S = área do poço de luz de cada pavimento

ÁREAS ABERTAS





PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

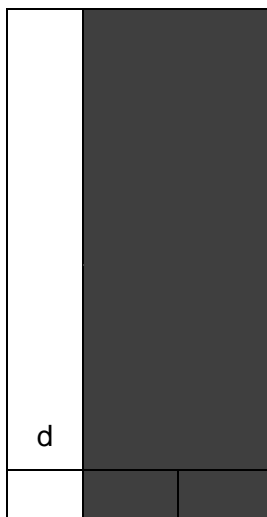
Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000



RUA

Área Aberta: É o espaço não edificado, contíguo à edificação, destinado à iluminação, ventilação e/ou insolação, com um ou mais acessos ou saídas diretamente à via pública ou logradouro público.

ÁREAS SEMI-ABERTAS



RUA

Área semi-aberta: É o espaço não edificado, contíguo à edificação, com ou sem comunicação direta à via ou logradouro público, destinado à iluminação, ventilação e/ou insolação.

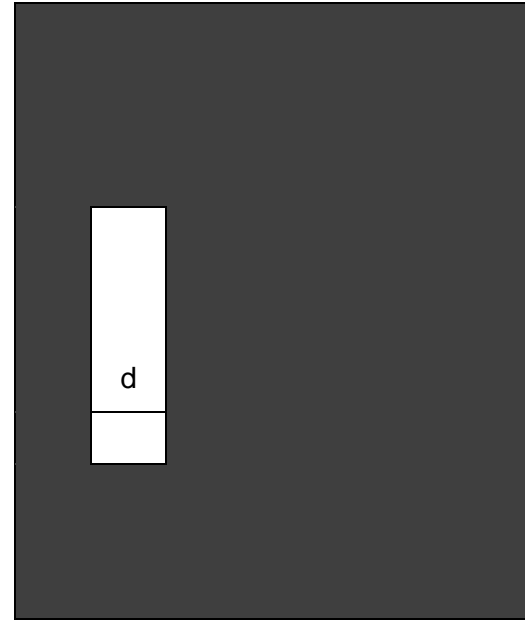
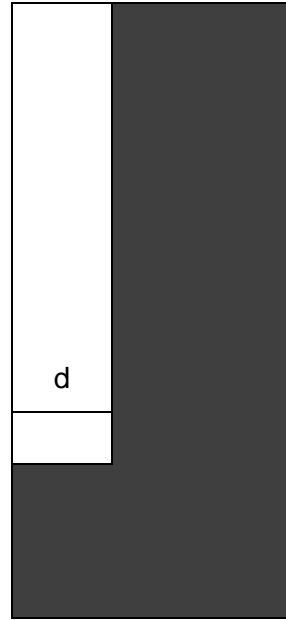
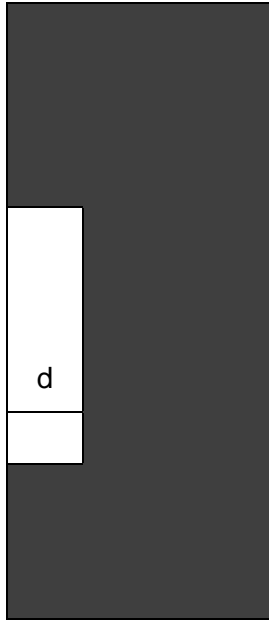
ÁREAS FECHADAS



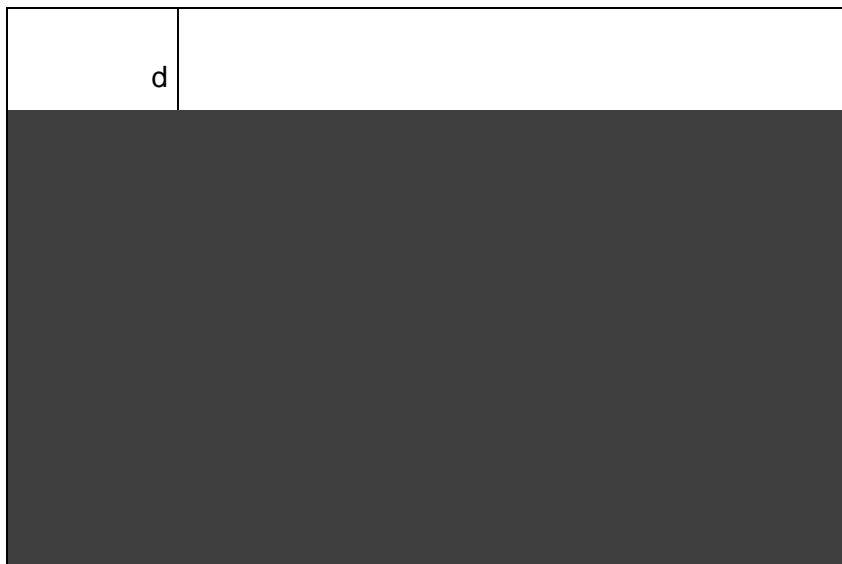
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000



RUA



RUA

Área Fechada: É a área não edificada, no interior da edificação, destinada à iluminação, ventilação e/ou insolação, sem comunicação direta com via ou logradouro público.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

Condições mínimas das áreas de iluminação e ventilação - Artigo 61- § 1º

(SALA, QUARTO, BIBLIOTECA, COZINHA, LAVANDERIA)

PAVIMENTOS	I – ABERTA		II - SEMI-ABERTA		III - FECHADA	
	S = 15%	D	S = 30%	d	S = 50%	d
1	9,00	1,50	9,00	1,80	9,00	2,25
2	10,35	1,60	11,70	2,05	13,50	2,75
3	11,70	1,70	14,40	2,27	18,00	3,18
4	13,05	1,80	17,10	2,48	22,50	3,56
5	14,40	1,90	19,80	2,67	27,00	3,90
6	15,75	1,98	22,50	2,84	31,50	4,21
7	17,10	2,08	25,20	3,01	36,00	4,50
8	18,45	2,15	27,90	3,17	40,50	4,77
9	19,80	2,23	30,60	3,32	45,00	5,03
10	21,15	2,30	33,30	3,46	49,50	5,28
11	22,30	2,37	36,00	3,60	54,00	5,51
12	23,85	2,44	38,70	3,73	58,50	5,74
13	25,20	2,51	41,40	3,86	63,00	5,95
14	26,55	2,58	44,10	3,98	67,50	6,16
15	27,90	2,64	46,80	4,10	72,00	6,36
16	29,25	2,70	49,50	4,22	76,50	6,56
17	30,60	2,77	52,20	4,33	81,00	6,75
18	31,95	2,83	54,90	4,45	85,50	6,93
19	33,30	2,89	57,60	4,55	90,00	7,12
20	34,65	2,94	60,30	4,66	94,50	7,29



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

Condições mínimas das áreas de iluminação e ventilação - Artigo 61 - § 2º (GABINETES SANITÁRIOS, LAVANDERIAS EM EDIFICAÇÕES COMERCIAIS, ANTE-SALA)

PAVIMENTOS	I – ABERTA		II - SEMI-ABERTA		III - FECHADA	
	S = 10%	D	S = 20%	D	S = 30%	d
1	6,00	1,50	6,00	1,50	6,00	1,84
2	6,60	1,54	7,20	1,61	7,80	2,09
3	7,20	1,61	8,40	1,74	9,60	2,33
4	7,80	1,67	9,60	1,86	11,40	2,54
5	8,40	1,74	10,80	1,97	13,20	2,72
6	9,00	1,80	12,00	2,08	15,00	2,90
7	9,60	1,86	13,20	2,18	16,80	3,08
8	10,20	1,91	14,40	2,27	18,60	3,23
9	10,80	1,97	15,60	2,37	20,40	3,39
10	11,40	2,03	16,80	2,46	22,20	3,53
11	12,00	2,08	18,00	2,55	24,00	3,67
12	12,60	2,13	19,20	2,63	25,80	3,81
13	13,20	2,18	20,40	2,71	27,60	3,94
14	13,80	2,23	21,60	2,79	29,40	4,07
15	14,40	2,28	22,80	2,86	31,20	4,19
16	15,00	2,32	24,00	2,94	33,00	4,31
17	15,60	2,37	25,20	3,01	34,80	4,42
18	16,20	2,41	26,40	3,08	36,60	4,54
19	16,80	2,46	27,60	3,15	38,40	4,65
20	17,40	2,50	28,80	3,22	40,20	4,76

Artigo 62 - Os compartimentos de permanência transitória, poderão ser ventilados indiretamente, de acordo com proposta apresentada pelo autor do projeto, observando as seguintes condições:

- I. Terem abertura com largura do compartimento a ser ventilado.
- II. Altura mínima livre de 0,20 m (vinte centímetros).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

III. Comprimento máximo de 6,00 m (seis metros), exceto no caso de serem abertos nas duas extremidades, quando não haverá limitação àquela medida.

IV. Comunicação direta com espaços livres.

V. A(s) boca(s) voltada(s) para o exterior deverá(ão) ter tela metálica e proteção contra água de chuva.

Artigo 63 - Os compartimentos sanitários, ante-salas, cozinhas e lavanderias em edificações comerciais poderão ter ventilação forçada, mecânica ou não, por chaminé de tiragem, observadas as seguintes condições:

a) Serem visitáveis na base. No caso da ventilação natural (não mecânica), terem abertura de saída de 0,50 m (cinquenta centímetros) acima da cobertura.

b) Permitirem a inscrição de um círculo de 0,50 m (cinquenta centímetros) de diâmetro.

c) Terem revestimento interno liso, e não comportarem qualquer tipo de obstrução, inclusive canalizações.

Artigo 64 - Quando os compartimentos tiverem aberturas para ventilação e iluminação sob alpendre, terraço ou qualquer cobertura, a área do vão iluminante natural deverá ser acrescida de mais 25% (vinte e cinco por cento), além do mínimo exigido na Tabela I e Tabela II, anexas.

SEÇÃO XIII

Dos Canteiros de Obra, Tapumes e Andaimos

Artigo 65 - Enquanto durarem os serviços de construção, reforma ou demolição, o responsável pela obra deverá adotar as medidas necessárias para a proteção e segurança dos trabalhadores, do público, das propriedades vizinhas e dos logradouros públicos. Para tanto deverá observar as normas oficiais relativas à segurança e medicina do trabalho.

§ 1º - Os serviços, especialmente no caso de demolições, escavações e fundações não deverão prejudicar imóveis e instalações vizinhas, nem os logradouros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

§ 2º - A limpeza do logradouro público, em toda a extensão em que for prejudicada em consequência dos serviços ou pelo movimento de veículos de transporte de material, será permanentemente mantida pela entidade empreendedora, sob pena de multa.

§ 3º - É responsabilidade do empreendedor dar o destino adequado do entulho da obra conforme orientação do setor competente da Administração Municipal.

§ 4º - As obras existentes sobre o passeio devem ser convenientemente sinalizadas e isoladas, assegurando-se a largura mínima para circulação.

Artigo 66 – Em todas as obras, inclusive demolição, deverá ser executado o tapume provisório, que ocupará uma faixa de largura máxima igual a 2/3 (dois terços) da calçada, salvo em casos especiais, a juízo da Administração Municipal.

§ 1º - Os tapumes deverão ter, no mínimo 2,20 m (dois metros e vinte centímetros) de altura. Formando um ângulo mínimo de 45º (quarenta e cinco graus), deverá sair uma marquise com, no mínimo 1,20 m (um metro e vinte) de largura por sobre a calçada.

§ 2º - Quando os tapumes forem construídos em esquinas, as placas de nomenclatura dos logradouros serão neles afixados de forma bem visível.

§ 3º - Dispensa-se o tapume quando se tratar de serviços que não ofereçam riscos ao pedestre e ao entorno.

§ 4º - Quando a obra for paralisada o tapume deverá ser recuado para o alinhamento predial, desobstruindo a calçada, sob pena de multa.

SEÇÃO XIV

Das Áreas não Computáveis

Artigo 67 - São consideradas áreas não computáveis para efeito de cálculo do Coeficiente de Aproveitamento as que seguem:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

- I. Áreas dos pavimentos situadas no subsolo destinadas aos compartimentos considerados de permanência transitória e os sem permanência.
- II. Áreas ocupadas por poços de elevadores, central de gás, casa de máquinas e outras similares.
- II. Terraços descobertos e sacadas.
- IV. Áreas de recreação e lazer em edifícios e conjuntos residenciais.
- IV. Estacionamentos e garagens de edifícios comerciais e residenciais, exceto edifícios garagem.
- V. Escadas e rampas de uso exclusivo de pedestres e que atendam a todos os pavimentos, exceto em habitação unifamiliar.

CAPÍTULO IV

DAS INSTALAÇÕES EM GERAL

Artigo 68 - As instalações hidráulico-sanitárias, elétricas, de gás, de antenas coletivas, dos pára-raios, de proteção contra incêndio, poste padrão de entrada de energia elétrica e telefônica deverão estar de acordo com as normas e especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, órgãos e concessionária a eles afetos, salvo os casos previstos nas seções deste Capítulo, onde prevalecerá o determinado por este Código, por força de lei.

Artigo 69 - Em todas as edificações, será obrigatório prover de instalações e equipamentos de proteção contra incêndio, previstas na legislação específica do Corpo de Bombeiros.

SEÇÃO I

Das Instalações de Águas Pluviais

Artigo 70 - O escoamento das águas pluviais de qualquer edificação será feito exclusivamente para dentro dos limites do respectivo lote e deste para a sarjeta em canalização construída sob a calçada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

§1º - O uso de coberturas cujos beirais ao longo das divisas do lote não dispõem de calha, somente serão permitidos a uma distância mínima de 70cm (setenta centímetros) da divisa, exceto para logradouro público.

§2º - Em casos especiais de inconveniência ou impossibilidade de conduzir as águas pluviais às sarjetas, poderá ser permitido o lançamento dessas águas nas galerias de águas pluviais, após aprovação, pela Administração Municipal, de esquema gráfico apresentado por responsável técnico.

§3º - As despesas com a execução da ligação às galerias pluviais correrão integralmente por conta do interessado. Haverá fiscalização das obras e/ou serviços pela Administração Municipal.

Artigo 71 - Nas edificações construídas no alinhamento e divisas do lote, às águas pluviais provenientes de telhados, balcões e marquises deverão ser captadas e conduzidas por meio de calhas e tubulações apropriadas até a sarjeta.

§1º - Os condutores nas fachadas lindeiras à via pública serão embutidos até a altura mínima de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros), acima do nível da calçada.

§2º - Em hipótese alguma será liberado o lançamento das águas pluviais em direção ou sobre a calçada, ou na rede coletora de esgotos.

Artigo 72 - As construções deverão executar no interior do lote, dispositivo para retenção temporária de águas pluviais em reservatórios especialmente criados com essa finalidade, antes de ser conduzida para a rede de galerias pluviais e garantir o coeficiente de permeabilidade do solo.

SEÇÃO II

Das Instalações Hidráulico-Sanitárias

Artigo 73 - Todas as edificações em lotes com frente para logradouros que possuam rede pública de água potável e de esgoto deverão servir-se destas redes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

Artigo 74 - Quando a rua não possuir rede de esgoto, a edificação deverá ser dotada de fossa séptica.

§1º - As águas, depois de tratadas na fossa séptica, serão infiltradas no terreno, por meio de sumidouro, convenientemente construído.

§2º - As fossas sépticas não poderão ser construídas a menos de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) do alinhamento predial e de qualquer divisa do lote.

§3º - Na construção de poços freáticos de captação de água potável deverá ser guardada uma distância mínima de 15,00m (quinze metros) entre este e o sumidouro, a montante dos mesmos, será analisado pelo setor competente da Prefeitura Municipal.

Artigo 75 - Toda unidade residencial deverá possuir, no mínimo um tanque, um vaso sanitário, um chuveiro, um lavatório e uma pia de cozinha, que deverão ser ligados à rede geral de esgoto ou à fossa séptica.

Parágrafo Único - Os estabelecimentos comerciais deverão ter suas instalações ligadas à rede geral de esgoto ou à fossa séptica, em quantidade conforme estabelecido na seção específica.

Artigo 76 - Nos edifícios e condomínios com mais de uma unidade de consumo independente da categoria de usuários a que pertençam: residenciais, comerciais, públicos, mistos e da área das unidades deverão ser dotados de sistema de medição individual de consumo de água, cujos projetos de construção não tenham sido protocolado no órgão competente do município até a data de vigência desta Lei.

§1º - A implantação do sistema de medição individual de água de que trata este artigo deverá atender o disposto nas normas técnicas aprovadas pelos órgãos ou entidades pertinentes.

§2º - O quadro de hidrômetros deverá localizar-se em área de uso comum da edificação e fácil acesso a critério do autor do projeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

Artigo 77 - A implantação de medição individual de água por unidade de consumo, obrigatória, não dispensa a necessidade de medição global do consumo do edifício ou condomínio, com a emissão de contas individuais por unidade de consumo e para o condomínio.

SEÇÃO III

Das Instalações de Elevadores

Artigo 78 - Será obrigatório a instalação de no mínimo 01 (um) elevador nas edificações que tiverem entre a soleira da porta do pavimento de acesso principal e o piso de maior cota, altura superior a 11,00 m (onze metros), e de no mínimo 2 (dois) elevadores no caso desta altura ser superior a 20,00 m (vinte metros).

§1º - Admite-se para soleira, altura máxima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros), acima do nível da calçada no ponto onde se caracteriza o acesso principal da edificação.

§2º - Os espaços de acesso ou circulação às portas dos elevadores deverão ter dimensão não inferior a 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) medida perpendicularmente às portas dos elevadores.

§3º - No caso de obrigatoriedade de instalação de elevadores, eles deverão também atender aos pavimentos de subsolo e estacionamentos.

§4º - Os elevadores não poderão ser o único meio de acesso aos pavimentos superiores de qualquer edificação.

§5º - O sistema mecânico de circulação vertical (número de elevadores, cálculo de tráfego e demais características) está sujeito às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, sempre que for instalado, e deve ter um responsável técnico legalmente habilitado.

§6º - Não será considerado para efeito de altura, o último pavimento, quando este for de uso exclusivo do penúltimo pavimento, quando utilizado para área de lazer comunitário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

§7º - A instalação de novos elevadores ou sua adaptação em edificações de uso público ou de uso coletivo, bem como a instalação em edificação de uso multifamiliar a ser construída, na qual haja obrigatoriedade da presença de elevadores, deve atender aos padrões das normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

SEÇÃO IV

Das Instalações para Depósito de Lixo

Artigo 79 - As edificações deverão prever local com dimensões compatíveis para armazenagem de lixo dentro do lote, no térreo ou subsolo, onde o mesmo deverá permanecer até o momento da apresentação à coleta.

Artigo 80 - Para a coleta, o lixo deverá estar embalado conforme exigências da Saúde Pública e será depositado em recipiente próprio, móvel, que não interfira no uso das calçadas e/ou pistas da via pública.

Artigo 81 - Tanto o local de armazenagem como o recipiente próprio e o local de estacionamento deste deverão ser mantidos perfeitamente limpos e higienizados.

CAPÍTULO V

DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS

Artigo 82 - As unidades residenciais serão constituídas de no mínimo: Banheiro, Cozinha, Quarto e Sala.

§ 1º - As unidades residenciais poderão ter compartimentos conjugados, desde que o compartimento resultante tenha, no mínimo, a soma das dimensões mínimas exigidas para cada um deles.

§ 2º - As cozinhas não devem possuir comunicação direta com as instalações sanitárias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

Artigo 83 - Para cada compartimento das unidades residenciais são definidos o diâmetro mínimo do círculo inscrito, a área mínima, a iluminação mínima, a ventilação mínima, o pé-direito mínimo, os revestimentos de suas paredes, os revestimentos de seu piso e observações conforme Tabela I, parte integrante e complementar deste Código.

SEÇÃO I

Das Residências Isoladas

Artigo 84 - Residências Isoladas são as residências unifamiliares edificadas sobre lote urbano ou rural. Deverão obedecer ao disposto na Tabela I deste Código.

Parágrafo Único - Quando no mesmo lote houver duas ou mais construções separadas entre si, estas deverão distar no mínimo 3,00m (três metros) uma da outra.

SEÇÃO II

Das Residências Geminadas

Artigo 85 - Consideram-se residências geminadas, duas unidades de moradia contíguas, que possuam uma parede comum.

Parágrafo Único - O lote das residências geminadas, não poderá ser desmembrado.

SEÇÃO III

Das Residências em Série, Paralelas ao Alinhamento Predial

Artigo 86 - Consideram-se residências em série, paralelas ao alinhamento predial as situadas ao longo de logradouros públicos, geminadas ou não, em regime de condomínio.

Parágrafo Único - O lote das residências em série, paralelas ao alinhamento predial, poderá ser desmembrado, desde que não possuam elementos em comum, quando cada unidade tiver as dimensões mínimas de lote estabelecidas por lei, e as moradias, isoladamente, estejam de acordo com este Código:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

I. As coberturas, as fundações, a estrutura e as paredes deverão ser independentes para cada uma das unidades autônomas, devendo a parede divisória propiciar total separação entre os forros e demais elementos estruturais das unidades.

Artigo 87 - As residências em série, paralelas ao alinhamento predial, deverão obedecer ao disposto no Artigo 55 desta lei.

SEÇÃO IV

Das Residências em Série Transversais ao Alinhamento Predial

Artigo 88 - Consideram-se residências em série, transversais ao alinhamento predial, geminadas ou não, em regime de condomínio, aquelas cuja disposição exija abertura de corredor de acesso.

Artigo 89 - As residências em série, transversais ao alinhamento predial, deverão obedecer às seguintes condições:

- I. O acesso considerará o trânsito de veículos, pedestre e estacionamento - se for acima de 5 (cinco) unidades - sendo a proposta de responsabilidade do autor do projeto.
- II. Quando houver mais de 10 (dez) moradias, será feito um bolsão de retorno, onde as condições especificadas no inciso I, deverão ser consideradas.
- III. Obedecer ao artigo 55 desta lei.
- IV. Se não geminados e com aberturas para a mesma face, obedecerão uma distância mínima de 3,00 (três) metros a partir da projeção mais avançada da edificação excetuando-se as projeções de beirais.

SEÇÃO V

Dos Conjuntos Residenciais/Comerciais

Artigo 90 - Consideram-se conjuntos as edificações verticais ou horizontais, em lotes individualizados ou em condomínios, respeitadas as seguintes condições:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

- I. O projeto será submetido à apreciação do Órgão Municipal de Licenciamento.

- II-Obedecer ao artigo 55, deste Código.

- III. Os conjuntos deverão obedecer:
 - a) Ao disposto na Lei de Parcelamento do Solo.

 - b) Ao disposto na Lei de Uso do Solo.

 - c) As exigências legais com respeito ao meio ambiente.

- IV. Os conjuntos poderão ser constituídos de prédios de apartamentos residenciais, ou de salas comerciais, residências isoladas, geminadas ou em série.

- V. O terreno, no todo ou em parte, poderá ser desmembrado em várias propriedades, de uma só pessoa ou condomínio, desde que cada parcela mantenha as dimensões mínimas permitidas por lei e as construções estejam de acordo com este Código.

- VI. Nos edifícios com mais de 10 (dez) unidades de moradia deverá ser previsto Hall do edifício conforme Tabela II, deste Código e demais exigências no que couber para as partes comuns.

- VII. As edificações residenciais multifamiliares, condomínios e conjuntos habitacionais devem ser acessíveis em suas áreas de uso comum, sendo facultativa a aplicação do disposto na NBR 9050 em edificações unifamiliares.

Artigo 91 - Os edifícios de uso misto deverão ter acesso e circulação horizontal e vertical distintos para cada uso.

§ 1º - São exceção as edificações que possuam galerias de loja e as escadas de prevenção de incêndio, que poderão ser utilizadas para ambos os casos.

§ 2º - Não será permitida ocupação mista no mesmo pavimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

SEÇÃO VI

Das Kitinetes

Artigo 92 - Serão admitidas as unidades residenciais do tipo kitinete ou similar composta por sala, dormitório e cozinha em ambiente único com área mínima de 20,00 m² (vinte metros quadrados) mais banheiro.

Parágrafo Único - Caso o edifício não disponha de área de serviço e lavanderia coletiva, cada kitinete deverá possuir ainda área de serviço com área mínima de 2,50 m² (dois metros e meio quadrados).

CAPÍTULO VI

DAS EDIFICAÇÕES COMERCIAIS

SEÇÃO I

Do Comércio em Geral

Artigo 93 - As edificações destinadas ao comércio em geral deverão observar, além de todas as exigências cabíveis, especificadas neste Código, as exigências da Tabela I e II, os seguintes requisitos:

I. Todas as unidades das edificações comerciais deverão ter acesso a sanitários, no mesmo pavimento.

a) As unidades comerciais com área superior a 100,00 m² (cem metros quadrados) de área útil, obrigatoriamente deverão ter sanitários separados para os dois sexos.

b) Quando os sanitários atenderem a mais de uma unidade comercial, deverão ser separados para os dois sexos.

c) As unidades comerciais deverão atender os seguintes requisitos:

Até 100,00 m ²	01 conjunto de uso misto
Acima de 100,01 m ²	01 conjunto masculino e 01 conjunto feminino
Observações:- Considera-se um conjunto masculino: um lavatório, um mictório e um vaso sanitário e um conjunto feminino ou misto: um lavatório e um vaso sanitário.	



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

- Fica sob responsabilidade do profissional autor do projeto que deverá obedecer as exigências mínimas de fluxo e demanda conforme atividade.
- Atender a NBR 9050 ou substituta.

Parágrafo Único - Os locais destinados ao preparo, manipulação, depósito de alimentos e os estabelecimentos de saúde, deverão atender as normas sanitárias.

Artigo 94 - As galerias comerciais, além das disposições do presente Código que lhes forem aplicáveis, deverão:

- I. Ter pé-direito mínimo de 3,00 m (três metros).
- II. Ter largura não inferior a 1/10 (um décimo) do seu maior percurso e no mínimo 3,00m (três metros).
- III. Quando a galeria possuir mais do que um acesso a logradouro público, terá largura não inferior a 1/20 (um vinte avos) do percurso total, com no mínimo 3,00 m (três metros).
- IV. O átrio dos elevadores que se ligar à galeria deverá:
 - a) Formar um remanso.
 - b) Não interferir na circulação da galeria
- V. As lojas cuja iluminação e ventilação natural ocorre por meio da circulação da galeria deverão ter a profundidade da unidade comercial igual, no máximo, à largura desta circulação, e tenham o ponto mais afastado de sua frente distante da boca da galeria, no máximo 5 (cinco) vezes a largura desta. Além disso, deverá ser disponibilizado ventilação permanente na boca da galeria.

Artigo 95 - Será permitida a construção de mezaninos, obedecidas as seguintes condições:

- I. Não deverão prejudicar as condições de ventilação e iluminação dos compartimentos.
- II. Sua área não deverá exceder a 75% (setenta e cinco por cento) da área do compartimento.
- III. O pé-direito deverá ter, no mínimo, na parte superior 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros) e na parte inferior 2,80 m (dois metros e oitenta centímetros).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

SEÇÃO II

Dos Restaurantes, Bares, Confeitarias, Lanchonetes e Congêneres

Artigo 96 - As edificações deverão observar, no que couber, as disposições da Seção I, deste Capítulo.

Artigo 97 - As cozinhas, copas, despensas e locais de consumação não poderão ter ligação direta com compartimentos sanitários ou destinados a habitação.

Artigo 98 – Além das exigências da tabela do artigo 93 os compartimentos sanitários para o público, para cada sexo, deverão obedecer às seguintes condições:

a) Para o sexo feminino, no mínimo 01 (um) vaso sanitário e 01 (um) lavatório para cada 150,00 m² (cento e cinquenta metros quadrados) de área útil.

b) Para o sexo masculino, no mínimo, 01 (um) vaso sanitário, 01 (um) lavatório e 01 (um) mictório para cada 150,00 m² (cento e cinquenta metros quadrados) de área útil dos locais de consumação.

CAPÍTULO VII

DAS EDIFICAÇÕES INDUSTRIAIS

Artigo 99 - As edificações destinadas à indústria em geral, além das disposições específicas pertinentes, deverão:

- I. Observar, no que couber, as exigências cabíveis, especificadas neste Código e as exigências da Tabela I e II.
- II. Ser de material resistente ao fogo, tolerando-se o emprego de madeira ou outro material combustível apenas nas esquadrias e estruturas da cobertura.
- III. Ter os dispositivos de prevenção contra incêndio em conformidade com determinações do Código de Prevenção de Incêndio do Corpo de Bombeiros.
- IV. Os seus compartimentos de produção, deverão ter pé-direito mínimo de 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros), salvo nos casos de produção artesanal em compartimentos de pequenas dimensões, serão analisados caso a caso pela Administração Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

V. Quando seus compartimentos forem destinados à manipulação ou depósito de inflamáveis, os mesmos deverão localizar-se em lugar convenientemente separados, de acordo com as normas específicas relativas a segurança na utilização de inflamáveis líquidos ou gasosos, ditados pelos órgãos competentes.

VI. No caso de atividades poluentes e/ou nocivas, apresentar parecer do órgão ambiental, conforme legislação vigente.

VII. Os compartimentos sanitários para os funcionários deverão ser separados, para cada sexo, e ser em número compatível.

VIII. Instalações comerciais ou industriais causadoras de vibrações ou choques deverão ter tratamento acústico para prevenir incômodos à vizinhança.

Artigo 100 - Os fornos, máquinas, caldeiras, estufas, fogões ou quaisquer outros aparelhos onde se produza ou concentre calor deverão ser dotados de isolamento térmico, admitindo-se:

I. Uma distância mínima de 1,00 m (um metro) do teto, sendo esta distância aumentada para 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros), pelo menos, quando houver pavimento superposto.

II. Uma distância mínima de 1,00 m (um metro) das paredes da própria edificação ou das edificações vizinhas.

III. Chaminés industriais deverão ter altura mínima de 5,00m (cinco metros) acima da edificação mais alta num raio de 50,00m (cinquenta metros) respeitados os limites máximos de altura estabelecidos na lei de uso do solo.

CAPÍTULO VIII DAS EDIFICAÇÕES ESPECIAIS

Artigo 101 - Todas as edificações consideradas especiais pelos órgãos Federal, Estadual ou Municipal e não relacionados neste Código, especificamente, serão regidos pelas normas ou códigos dos órgãos a eles afetos, cumpridas as exigências mínimas deste Código.

I - Somente terão a anuência da Administração Municipal após a aprovação pelo órgão competente.

II – Estabelecimentos de saúde deverão obrigatoriamente apresentar parecer favorável da Secretaria Municipal de Saúde, conforme normas vigentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

III - Para as torres de telefonia e retransmissão de ondas de rádio e televisão o projeto será aprovado pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal.

SEÇÃO I

Das Escolas e Estabelecimentos Congêneres

Artigo 102 - As edificações destinadas a escolas e estabelecimentos congêneres, além das exigências do presente Código no que lhes couber, deverão:

- I. Estar recuadas no mínimo 3,00 m (três metros) de qualquer divisa nos ambientes destinados ao ensino.
- II. Obedecer às normas das Secretarias de Educação e de Saúde do Estado e/ou do Município.

SEÇÃO II

Dos Hotéis e Congêneres

Artigo 103 - As edificações destinadas a hotéis e congêneres deverão obedecer às seguintes disposições:

- I. Ter instalações sanitárias, na proporção de um vaso sanitário, um chuveiro e um lavatório, no mínimo, para cada grupo de 04 (quatro) quartos, por pavimento, devidamente separados por sexo.
- II. Ter vestiário e instalação sanitária privativos para o pessoal de serviço.
- III. Serem regidos e aprovados pelos órgãos a eles afetos.

SEÇÃO III

Dos Locais de Reunião e Salas de Espetáculos

Artigo 104 - As edificações destinadas a auditórios, cinemas teatros, salões de baile, ginásios de esporte, templos religiosos, salões comunitários e similares, deverão atender às seguintes disposições:

- I. Ter instalações sanitárias separadas para cada sexo, conforme tabela do artigo 93 deste Código. Para efeito do cálculo do número de lugares, será considerado, quando não houverem lugares fixos, a proporção de 1,00 m² (um metro quadrado) por pessoa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

II. As circulações internas à sala de espetáculos de até 100 (cem) lugares, terão nos seus corredores longitudinais e transversais largura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros). Estas larguras mínimas serão acrescidas de 0,10 m (dez centímetros) por fração de 50 lugares.

III. Para salas de espetáculo tais como: Teatros, anfiteatros, cinemas e auditórios, haverá obrigatoriamente sala de espera, cuja área mínima deverá ser de 0,20 m² (vinte centímetros quadrados) por pessoa, considerando-se a lotação máxima.

IV. As escadas e rampas deverão cumprir, no que couber, o estabelecido na Seção V, do Capítulo III, deste Código.

V. Ter os dispositivos de prevenção contra incêndio de conformidade com as determinações do Código de Bombeiros.

VI. As edificações deverão receber tratamento acústico adequado, de modo a não perturbar o bem-estar público ou particular, com sons e ruídos de qualquer natureza, que ultrapassem os níveis máximos de intensidade permitidos pela legislação e normas específicas.

VII. Os teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, casas de espetáculos, salas de conferências e similares reservarão, pelo menos, 2% (dois por cento) da lotação do estabelecimento para pessoas em cadeira de rodas, distribuídos pelo recinto em locais diversos, de boa visibilidade, próximos aos corredores, devidamente sinalizados, evitando-se áreas segregadas de público e a obstrução das saídas, em conformidade com as normas técnicas de acessibilidade da ABNT e demais leis pertinentes.

Parágrafo Único - Nas edificações previstas neste inciso, é obrigatória, ainda, a destinação de 2% (dois por cento) dos assentos para acomodação de pessoas portadoras de deficiência visual e de pessoas com mobilidade reduzida, incluindo obesos, em locais de boa recepção de mensagens sonoras, devendo todos ser devidamente sinalizados e estar de acordo com os padrões das normas técnicas de acessibilidade da ABNT.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

SEÇÃO IV

Das Oficinas Mecânicas, Postos de Serviços e Abastecimento para Veículos e Lava-carro

Artigo 105 - As edificações destinadas a oficinas mecânicas deverão obedecer às seguintes condições:

- I. Ter pé-direito mínimo de 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros).
- II. Ter vestiários, compartimentos sanitários com vaso, chuveiro e lavatório e demais dependências destinadas aos empregados.

Artigo 106 - Os postos de serviço e abastecimento de veículos só poderão ser instalados em edificações destinadas exclusivamente para este fim.

§ 1º - Serão permitidas atividades comerciais junto aos postos de serviço e abastecimento, desde que possuam acesso para pedestres independente e seguro.

§ 2º - Quanto ao destino dos efluentes, a aprovação do projeto está sujeita a licença ambiental.

§ 3º - É obrigatório o uso de tanques ecológicos, dupla face, envolvidos em berço de concreto com 15cm de espessura.

Artigo 107 - As instalações de abastecimento, inclusive bombas de combustível, deverão distar, no mínimo 5,00 m (cinco metros) do alinhamento do logradouro público ou de qualquer ponto das divisas laterais e de fundos do lote, observadas as exigências de recuos maiores contidas na Lei de Uso do Solo e Legislação do Meio Ambiente.

Artigo 108 - As instalações para lavagem ou lubrificação deverão obedecer às seguintes condições:

- I. Estar localizadas em compartimentos fechados em 2 (dois) de seus lados, no mínimo.
- II. Ter as partes internas das paredes, revestidas de material impermeável, liso e resistente a freqüentes lavagens até a altura de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros), no mínimo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

- III. Ter pé-direito mínimo de 3,00 m (três metros) ou de 4,50 m (quatro metros e cinquenta centímetros) quando houver elevador para veículo.
- IV. Ter as paredes externas fechadas em toda a altura ou ter caixilhos fixos sem abertura.
- IV. Se tiver aberturas deverão ser distantes, 6,00 m (seis metros) no mínimo, dos logradouros públicos ou das divisas do lote.
- VI. Ter um filtro de areia destinado a reter óleos e graxas provenientes da lavagem de veículos, localizado antes do lançamento no coletor de esgoto e/ou alternativa proposta pelos órgãos competentes de meio ambiente.

Parágrafo Único - Além dos incisos deste artigo, deverão ser atendidas as normas ambientais.

Artigo 109 - Os postos de serviço e abastecimento deverão ter um compartimento sanitário independente para cada sexo, no mínimo, para uso público.

Artigo 110 - Os postos de serviço e abastecimento deverão ter vestiários, compartimentos sanitários equipados com vaso, chuveiro e lavatório e demais dependências para cada sexo, para o uso exclusivo dos empregados.

Artigo 111 - As áreas de circulação e serviço dos postos terão pavimentação impermeável, tendo declividade máxima de 3% (três por cento) e mínima de 1% (um por cento) com drenagem que evite o escoamento das águas de lavagem para os logradouros públicos. As áreas não pavimentadas deverão possuir canaleta de drenagem de proteção (ou solução similar), para contenção de efluentes.

Artigo 112 - Nas oficinas mecânicas e postos de abastecimento e serviço, quando não houver muros no alinhamento do lote, este terá uma mureta com 0,50 m (cinquenta centímetros) de altura para evitar a passagem de veículos sobre as calçadas. A mureta deve ser construída com 5,00 m (cinco metros) de extensão para cada lado a contar do encontro dos alinhamentos prediais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

Artigo 113 - Os postos de abastecimento de veículos terão acesso, para entrada e saída de veículos, de no mínimo 6,00m (seis) e no máximo 8,00m (oito).

Artigo 114 - Os depósitos de combustível dos postos de serviços e abastecimento deverão obedecer às normas da Agência Nacional do Petróleo - ANP ou órgão sucessor, da ABNT, Corpo de Bombeiros, Meio Ambiente, Departamento de Estradas e Rodagem com jurisdição sobre a área de localização do posto e sob responsabilidade do autor do projeto.

CAPÍTULO IX

DOS EMOLUMENTOS, EMBARGOS, SANÇÕES E MULTAS

SEÇÃO I

Dos Emolumentos

Artigo 115 - Os emolumentos referentes aos atos definidos no presente Código, serão cobrados de conformidade com o Código Tributário do Município.

SEÇÃO II

Dos Embargos e Das Interdições

Artigo 116 - Obras em andamento, sejam elas construções ou reformas, bem como obras concluídas serão embargadas ou interditadas, quando:

- I. Estiverem sendo executadas sem o respectivo Alvará, emitido pela Administração Municipal.
- II. Estiverem sendo executadas sem responsável técnico.
- III. Estiver em risco a sua estabilidade, com perigo para o pessoal que a execute, para as pessoas que nela habitem, ou para as pessoas e edificações vizinhas.
- IV. Se for construída, reconstruída ou ampliada em desacordo com os termos do Alvará de Construção.
- V. Se não for observado o alinhamento ou os recuos obrigatórios quando for o caso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

VI. A obra for concluída e ocupada sem a expedição do Certificado de Conclusão de Obra.

VII. As obras em andamento ou concluídas estiverem em faixa de preservação permanente.

§ 1º - Ocorrendo qualquer das infrações especificadas neste Artigo, e a qualquer dispositivo deste Código, o encarregado pela fiscalização comunicará o infrator através de Notificação de Embargo ou Interdição, para regularização, dentro do prazo estabelecido.

§ 2º - A Notificação de Embargo ou Interdição será levada ao conhecimento do infrator - proprietário e/ou responsável técnico - para que a assine.

§ 3º - Se ocorrer decurso do prazo ou o descumprimento do Embargo ou Interdição o fiscal lavrará o Auto de Infração.

§ 4º - O embargo só será cancelado após o cumprimento das exigências da Administração Municipal, decorrentes do que especifica este Código.

§ 5º - Se não houver alternativa de regularização da obra, após o Embargo ou Interdição seguir-se-á a demolição total ou parcial da mesma.

SEÇÃO III

Das Sanções

Artigo 117 - A Administração Municipal cancelará a inscrição de profissionais (pessoa física ou jurídica), especialmente os responsáveis técnicos que:

I. Prosseguirem a execução da obra embargada pela Administração Municipal.

II. Não obedecerem os projetos previamente aprovados.

III. Hajam incorrido em 3 (três) multas por infração cometida no período de 01 (um) ano.

IV. Iniciarem qualquer obra sem o Alvará de Construção.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

Artigo 118 – O profissional com sua inscrição cancelada, somente poderá tê-la renovada após 180 (cento e oitenta) dias do cancelamento, mediante pagamento de multa.

SEÇÃO IV

Das Multas

Artigo 119 - Aos infratores das disposições da presente Lei, além das medidas judiciais cabíveis, ser-lhe-ão aplicadas multas.

§ 1º - As multas serão aplicadas ao proprietário e/ou ao responsável técnico, quando:

	INFRAÇÃO	VALOR EM UFMI
I.	A obra dependente de Alvará for iniciada sem o licenciamento e Projeto Aprovado.	Até 70 m ²05 71 à 120 m ²15
II.	Houver desrespeito à notificação de regulamentação de obra.	121 à 240 m ²20
III.	Houver desrespeito ao embargo ou interdição.	241 à 500 m ²30 501 à 1.200 m ²40
IV.	Obra for reformada, construída ou ampliada em desacordo com o Projeto Aprovado	1.201 à 2.500 m ²50 Acima de 2.501 m ²60
V.	Havendo licenciamento da obra e não houver Projeto Aprovado e Alvará de Licença na obra quando solicitado pela Fiscalização.	10
VI.	Quando não for renovado o Alvará de Construção, inclusive quando houver processo de renovação posterior a sua data de validade.	10
VII.	Ocupação ou utilização de qualquer obra dependente de Alvará de Construção, sem estar de posse do Habite-se e do Certificado de Conclusão de Obra.	30
VIII.	A calçada estiver em mau estado ou sem pavimentação, exceto durante a execução da obra.	20
IX.	Obstrução da calçada ou sua utilização como canteiro de obras ou para carga/descarga de materiais.	30
X.	Tapume na calçada com obras paralisadas por mais de 90 dias sem comunicar a Administração Municipal ou concluídos os	5



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

	serviços de fachada.	
XI.	Manutenção e limpeza das vias e logradouros por ocasião de serviços de escavações ou aterros e durante a execução da obra, de responsabilidade do prestador do serviço.	20
XII.	Cancelamento da inscrição de profissionais conforme o artigo 117.	10

§ 2º - Dobrar-se-ão os valores das multas a cada reincidência das infrações cometidas, previstas no parágrafo 1º, sem prejuízo a outras penalidades legais cabíveis.

Artigo 120 - A infração de qualquer disposição para a qual não haja penalidade expressamente estabelecida nesta Tabela, serão punidas com multa de 05 a 50 UFM (de cinco a cinquenta Unidade Fiscal do Município), a critério do departamento competente da Administração Municipal.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 121 - Os casos omissos no presente Código, serão estudados e julgados pela CTA – Comissão Técnica de Análises nomeada através de Portaria do Executivo.

Artigo 122- qualquer proposição de alteração ou revisão desta Lei deverá ser submetida à anuência do Chefe do Executivo Municipal.

Artigo 123 - São partes integrantes deste Código os seguintes anexos:

- a) Anexo 1 - Tabela I - Edificações Residenciais;
- b) Anexo 2 - Tabela II - Edificações Comerciais;

Artigo 124 - Este Código entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Itanhomi(MG), 21 de Dezembro de 2017.

Jaeder Carlos Pereira – Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI

Estado de Minas Gerais - CGC/MF: 18.493.239/0001-06

Av. JK, 91 - Centro - TELEFAX: (033) 3231-1345 / CEP: 35.120.000

CÓDIGO DE OBRAS

MUNI CÍPIO DE ITANHOMI - MG